MAGAZINE EUROPA Catarina Domingues
21 de Novembro de 2017

I.

Líderes europeus defendem políticas mais viradas para o cidadão e estabelecem "Pilar Social Europeu", um documento que congrega 20 princípios fundamentais para a política social do continente.

Estados-membros da União Europeia avançam para a cooperação na área da defesa e assinam notificação conjunta. Portugal está, por enquanto, de fora.

Neste Magazine Europa ainda: Parlamento Europeu defende maior integração entre União Europeia e Ucrânia, Geórgia e Moldávia.

II.

Bem-vindos ao Magazine Europa.

Uma Europa que não esteja apenas focada nas finanças, mas no cidadão. Mais emprego, mais justiça salarial, menos desigualdades. São ideias defendidas pelos líderes europeus que, na semana passada se reuniram em Gotemburgo, na Suécia, e assinaram o "Pilar Social Europeu". Trata-se de um documento não vinculativo, que estabelece 20 prioridades para a política social europeia.
O primeiro-ministro sueco, Stefan Löfven falou no emprego como uma dessas prioridades.

Stefan Löfven, Primeiro-ministro da Suécia
Se permitirmos que o desemprego cresça devido a práticas injustas, se não há postos de trabalho preenchidos, porque os jovens carecem de uma formação adequada ou os pais não reciclaram a sua formação, então crescerá a discórdia social nos nossos países.

Já Vieira da Silva, ministro português do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social destaca o apelo feito ao estabelecimento de um salário mínimo na Europa.

Vieira da Silva, Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal
Um aspecto inovador, eu poderia citar o facto desta proclamação reconhecer e apelar à existência de um sistema generalizado de salário mínimo em toda a Europa. Eu creio que é difícil encontrar um documento com esta dimensão que faça esse apelo tão claro. Há o papel que tem o salário mínimo na defesa da coesão social e do bem-estar europeu.

E como é habitual, ao telefone a partir de Bruxelas está Victor Ângelo, comentador residente do Magazine Europa e consultor internacional baseado na capital belga.

Victor, a última cimeira social a nível de chefes de Estado e de Governo realizou-se há 20 anos. Na altura foi presidida por Jean-Claude Juncker, então primeiro-ministro do Luxemburgo. Jean-Claude Juncker que durante este encontro sublinhou que este documento assinado "não é um poema". É um programa de princípios e de acção. O que é que se pode esperar então deste "Pilar Social Europeu"?
A Europa já tinha uma carta social europeia, mas é uma carta que foi assinada em 1961. Mais tarde foi actualizada em 1989, mas nos últimos 28 anos não houve qualquer tipo de actualização da política europeia em matéria social quando na realidade o mundo mudou radicalmente nestas últimas três décadas. Por isso, o objectivo da cimeira da semana passada na Suécia era fundamentalmente enviar uma mensagem muito forte aos cidadãos europeus de que a União Europeia não é apenas uma união de economias ou uma união de grandes empresas ou uma união de interesses financeiros. É também uma união e, acima de tudo, uma união de cidadãos com direitos sociais. No fundamental, a Europa tem uma grande questão pela frente: em que medida o modelo social europeu actual é viável e pode continuar? Nós estamos numa fase de globalização acelerada, nós estamos igualmente num processo de revolução digital. Quer a globalização, quer a digitalização da economia têm imensas influências, têm muito impacto sobre o emprego e em que medida o emprego não vai ser totalmente afectado. E quem diz o emprego, diz depois todas as outras regalias e direitos sociais vão ser afectados, quer pela globalização, quer pela revolução numérica.

E de que forma é que a União Europeia pode fazer com que os trabalhadores recuperem alguns dos direitos laborais perdidos ao longo dos últimos anos, acima de tudo durante o período da crise financeira?
Na mesma semana em que decorria a Cimeira Social da Europa, a França e o presidente Macron estavam a adoptar um novo código do trabalho que, no fundo, diminui os direitos dos trabalhadores franceses e igualmente o papel desempenhado pelos sindicatos. Ou seja, por um lado, e perante a opinião pública, fala-se no aprofundamento dos direitos sociais e, por outro lado, na realidade, limita-se, tanto quanto possível, esses mesmos direitos e nomeadamente os direitos sindicais. Outra grande questão é que nós estamos neste momento numa situação económica que muda muito, que está a ser alterada rapidamente, e a verdade é que a experiência dos últimos anos tem mostrado que a cada cinco anos é

preciso voltar a aprender novas maneiras de fazer as coisas, é preciso desenvolver novas capacidades laborais e uma das grandes preocupações neste momento na Europa é que os trabalhadores europeus não têm tido o acompanhamento em termos profissional que lhes permita fazer as adaptações necessárias para poder responder aos novos desafios da economia digital.

Vale a pena aqui também olharmos aqui para o *ranking* actualizado da Justiça Social na Europa, que acaba de ser divulgado pela fundação alemã Bertelsmann. De um modo geral, a Europa, diz a fundação, está a recuperar não apenas economicamente mas também no domínio da justiça social.
Aqui alguns resultados: É referido que o risco de pobreza diminuiu ligeiramente, embora o fosso entre o Norte e o Sul permaneça elevado. Há também progressos na educação, com a percentagem de alunos a abandonarem a escola antes do tempo a diminuir de 14,7%, em 2008, para 10,7%.
Dinamarca lidera este *ranking* dos 28, seguem-se a Suécia, a Finlândia e a Republica Checa. Em último lugar ficou a Grécia, em 26.º e 27.º a Bulgária e a Roménia, respectivamente. Portugal, que se posicionou em 20.º lugar, continua abaixo da média europeia.
Victor, que leitura é que se pode fazer destes novos dados?
Por um lado, que certos países da União Europeia e nomeadamente os países do Norte da Europa continuam a aprofundar as questões da justiça social e continuam a investir bastante na igualdade entre as pessoas e nomeadamente na igualdade entre os homens e as mulheres; continuam a investir bastante na educação, no acesso à educação. E, por outro lado, certos outros países continuam a ter muitas dificuldades em responder às questões de acesso à educação, às questões de acesso à saúde e a tudo aquilo que diz respeito a outros direitos sociais. Na realidade, nós continuamos a assistir a uma divergência em termos sociais entre uma parte da Europa e a outra. E essa é uma das grandes preocupações neste momento em Bruxelas. É o facto de que determinados países em vez de se aproximarem da média europeia, se estão a afastar progressivamente dessa mesma média. Neste momento, por exemplo, temos dez países dos 28 que têm um salário mínimo que corresponde a menos de 50% da média europeia. E isso é apenas um indicador de divergência. Outros indicadores de divergência têm a ver nomeadamente com as desigualdades de oportunidades em matéria de educação.

III.

Vinte e três estados-membros da União Europeia vão reforçar a colaboração na área da segurança e defesa. O objectivo do acordo é que os países possam desenvolver em

conjunto capacidades de defesa e investir em projectos que melhorem a disponibilidade operacional. Mais com a jornalista da Antena1 Andrea Neves.

[*A possibilidade de existir uma cooperação mais estreita nas áreas da defesa e da segurança foi definida no Tratado de Lisboa. Tem base voluntária e os países que não aderirem já podem fazê-lo numa fase posterior, desde que os estados fundadores o aceitem. E qualquer país pode decidir sair a qualquer momento notificando o conselho. O objectivo é permitir que os estados-membros possam desenvolver conjuntamente capacidades de defesa e possam também conjuntamente investir em projectos que melhorem a disponibilidade operacional. A cooperação não vai implicar a criação de um exército europeu ou de forças europeias. Com a notificação assinada percebe-se isso, porque fica escrito, mas implica que, por exemplo, os agrupamentos tácticos que já estão previstos e que resultam de conjugação de forças possam ser concretizados. Ao integrar a PESCO ou a sigla que vai começar a fazer parte das conversas europeias e que define esta cooperação, os estados comprometem-se a reforçar o investimento em defesa e em equipamentos, o que também já foi assumido ao nível da NATO. As decisões e as recomendações tomadas no quadro desta cooperação, são adoptadas por unanimidade pelos estados participantes. A soberania nacional fica intocável, garantem os ministros dos Negócios Estrangeiros.*]

A Cooperação Estruturada Permanente deverá ser estabelecida no Conselho de Negócios Estrangeiros que está agendado para 11 de Dezembro o próximo, É necessária uma Europa militarmente mais apta?
Nós precisamos de uma União Europeia que consiga responder aos novos desafios de segurança. E esses novos desafios têm a ver com questões militares e têm a ver também com questões de polícia e questões políticas. Esses desafios estão muito ligados neste momento àquilo que poderá acontecer na fronteira Leste da União Europeia com a Rússia, mas também têm muito a ver com a intervenção da União Europeia em espaços vizinhos como, por exemplo, no Norte de África ou no Sahel. Para isso nós precisamos de capacidades militares, precisamos de capacidades de segurança e de polícia e precisamos sobretudo de ter uma ideia muito clara de quais são as ameaças. E hoje uma grande parte das acções bélicas são feitas com pezinhos de lã, ou seja, são feitas não da maneira clássica com tanques e aviões, mas são feitas, por exemplo, através do uso da informática, da cibernética, são feitas através das notícias falsas e são feitas também através de criação de divisões internas. Por isso, ver a defesa apenas em termos militares é insuficiente. É preciso ver a defesa de uma maneira completa, ou seja, que tenha

em conta não só o reforço das capacidades militares da União Europeia, mas que também tenha em conta a questão política e a questão de polícia.

E Portugal é, juntamente com o Reino Unido, a Irlanda, Dinamarca e Malta, um dos poucos estados-membros que ainda não assinou a notificação. Quais são as reservas? Deve Portugal fazê-lo?
Portugal ainda não assinou porque na realidade não conseguiu agendar a discussão da sua participação na Cooperação Estruturada Permanente no Parlamento Europeu, na Assembleia da Republica. Eu penso que o vai conseguir e vai certamente ter votos suficientes na Assembleia da República, os votos do Partido Socialista e da direita. A verdade é que não se esperava que tantos países europeus viessem nesta primeira fase participar no mecanismo de Cooperação Estruturada Permanente. E há quem diga que estão ali países que entraram para o mecanismo com a intenção de o sabotar em certa medida, ou seja, com o objectivo de não o deixar avançar da maneira como, por exemplo, os alemães e os franceses – que são as duas nações que estão por trás desta iniciativa – como essas nações gostariam que avançassem. A Polónia é provavelmente o país dentro do mecanismo que tem muitas reservas em relação a esse mecanismo e que certamente apostaria na NATO e não apostaria numa defesa europeia. A Polónia ao ver e ouvir falar de defesa europeia, ouve e vê os alemães e, neste momento, os velhos ressentimentos entre a Polónia e a Alemanha estão de novo à superfície nos meios de comunicação social e na política polaca.

E já que falamos da defesa e segurança, olhamos para uma investigação da CNN, que denuncia o caso de vários migrantes africanos que passam pela Líbia em direcção à Europa e que são aí vendidos por contrabandistas como escravos por cerca de 400 dólares. Victor, de forma é que a União Europeia pode trabalhar para ajudar na prevenção de uma situação de escravatura como esta?
A questão da venda de escravos toca de muito perto a situação na Europa e as relações da Europa com a Líbia no sentido de que a Europa tem estado a investir - no último ano sobretudo - bastante no desenvolvimento das forças de segurança e das estruturas políticas da Líbia e tem tentado reforçar a capacidade da Líbia em impedir que os migrantes atravessem o Atlântico. Neste momento existe uma parceria muito forte entre a Líbia e a União Europeia, uma parceria que do lado europeu é sobretudo conduzida pela Itália e o que se verifica é que essa parceria é uma parceria incompleta, ou seja, reforça, por um lado, a capacidade das autoridades líbias para evitar a passagem por mar, mas, por outro lado, não tem em conta que essas mesmas autoridades líbias deixam que no interior

do seu país se realizem mercados de escravos. Aliás, as próprias Nações Unidas acabam de lançar um apelo à União Europeia dizendo fundamentalmente que aquilo que a Europa tem estado a fazer com a Líbia é inaceitável na medida em que não só não resolve o problema dos migrantes, como também está a criar este tipo de situações absolutamente inaceitáveis do ponto de vista humano.

IV.

O Parlamento Europeu defende uma maior integração entre a União Europeia e a Ucrânia, Geórgia e a Moldávia com vista à adesão destes três países ao espaço Schengen e ao mercado único.
Uma resolução aprovada pelo organismo abre caminho para novas reformas nestas três nações de Leste e uma candidatura ao bloco dos 28.
Para a Cimeira da Parceria Oriental, que se realiza no dia 24 de Novembro, os eurodeputados deixaram uma série de recomendações:
O estabelecimento de um fundo para estes três países e que deverá ser canalizado para investimentos públicos e privados em infra-estruturas sociais ou económicas.
Os eurodeputados recomendam também o apoio a reformas económicas que eliminem progressivamente monopólios, limitem o papel dos oligarcas, combatam a lavagem de dinheiro e a evasão fiscal.
A resolução foi aprovada pelos eurodeputados com 519 votos a favor, 114 contra e 47 abstenções.

Victor, como olha a União Europeia para este alargamento a Leste? E já agora como é que se posiciona a Rússia face a esta investida europeia?
A União Europeia neste momento tem pouco apetite em termos de alargamentos, mas no entanto tem que continuar a prometer que existe a possibilidade de novas adesões ao espaço europeu e é isso que está a ser feito, ou seja, não se está a fechar totalmente a porta, mas na realidade a verdade é muito clara, a verdade é que nos próximos anos não veremos novos países integrar a UE e certamente não veremos nem a Ucrânia nem a Geórgia nem a Moldávia entrar na União Europeia. Eles ainda nem candidatos são à adesão à União Europeia. Neste momento os países candidatos são cinco: Albânia, Macedónia, Montenegro, a Sérvia e a Turquia. Mas a União Europeia tem de continuar a acenar com a possibilidade de integração destes países na União Europeia porque, por um lado, isso faz com que o processo de reformas políticas e institucionais continue a avançar nesses países. Por outro lado, permite investir algum dinheiro e dar alguma ajuda a esses processos de reforma,

ou seja, se houver a prazo a possibilidade de se iniciar um processo de adesão, é possível desde já destinar algum dinheiro a estes países e, por outro lado, também envia uma mensagem muito forte à Rússia de que a Europa não teme a Rússia e continuará mais tarde ou mais cedo a admitir novos membros, incluindo países que estão nas fronteiras da Rússia e que foram no passado parte do império soviético.

V.

Victor Ângelo, comentador semanal do Magazine Europa.
E vamos terminar como de habitual com uma nota cultural. Esta semana propomos uma exposição em Portugal no Museu Colecção Berardo, em Lisboa.
"Lu Nan. Trilogia, Fotografias" apresenta uma selecção de trabalhos de fotógrafo chinês Lu Nan. As imagens compõem uma trilogia que teve início em 1989 e que ficou concluída quinze anos depois, em 2004.
A primeira parte retrata a vida dos hospitais de doenças mentais, a outra acompanha comunidades católicas nas zonas rurais da China e a terceira aborda o quotidiano tibetano. O trabalho do artista chinês pode ser visto até 14 de Janeiro do próximo ano.
O Magazine Europa volta para a semana!

[ficha técnica]

Com edição e apresentação de Catarina Domingues, análise de Victor Ângelo e coordenação de Hélder Beja, Magazine Europa resulta de uma colaboração entre a Rádio Macau e a Universidade de Macau no âmbito do projecto Jean Monnet Magazine Europa.

As opiniões aqui expressas não representam necessariamente as posições oficiais das diversas instituições da União Europeia.

O projecto Jean Monnet Magazine Europa é uma parceria entre a Universidade de Macau e o Instituto de Estudos Europeus de Macau, co-financiada pela União Europeia no quadro do Programa Erasmus +.

Estamos no Facebook em Magazine Europa.